



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

O BRASIL E O ESFORÇO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM BLOCO HISTÓRICO CONTRA-HEGEMÔNICO NAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS: A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DOS BRICS

Mauro Sérgio Figueira¹;

¹UFGD-FADIR, Dourados-MS, e-mail: maurofigueira@hotmail.com

Graduando em Relações Internacionais – UFGD, Bolsista de Iniciação Científica CNPq.

RESUMO

Este trabalho tentará demonstrar como o Banco dos BRICS pode ser o elemento aglutinador de uma alternativa ao arranjo político estabelecido pelos Estados Unidos, por meio da categoria de Bloco Histórico. Em outras palavras, como o Banco possibilita a formação de um bloco histórico alternativo. Que elementos presentes na iniciativa do Banco e no contexto de sua fundação permitem perceber os germes de um bloco histórico contra hegemônico? Os conceitos de hegemonia e bloco histórico foram articulados em relação dialética por Antonio Gramsci por Giovanni Arrighi no sistema-mundo capitalista. A fundação do banco ocorre nos interstícios da hegemonia norte-americana com seu enfraquecimento e pode potencializar a formação de um eixo capitalista concorrente com o bloco sob hegemonia dos Estados Unidos.

Palavras-chave: BRICS, Banco dos Brics, Hegemonia, Bloco Histórico.

INTRODUÇÃO

As relações internacionais vêm passando por um momento histórico de evidentes transformações em suas dinâmicas, neste começo de século. Não se trata do desaparecimento de instituições históricas como o Estado nacional, a guerra, a moeda, etc.¹, que continuam, por enquanto, com sua importância tradicional. Trata-se de um movimento de rearranjo das forças políticas atuantes no interior do sistema internacional contemporâneo, que tem sido cada vez mais perceptível. É ainda mais perceptível ao compararmos com o período da Guerra Fria, em que havia um sistema consideravelmente rígido de movimentos políticos. Atualmente, com a diminuição dessa rigidez, identifica-se o aparecimento de novos Estados poderosos no interior da ordenação de poder estabelecida nos pós II Guerra Mundial. Estes Estados são

¹ Instituições tais como descritas por Hedley Bull em *A sociedade Anárquica*.

impulsionados por uma crescente vitalidade dinâmica em suas economias, em direção a transformações na ordem mundial tal como a encontram. Tratamos aqui, especificamente, dos chamados “países emergentes” e das transformações possibilitam na ordem internacional do século XXI. (Hurrell, 2009, Arrighi, 2008; Pecequilo, 2008; Vizontini, 2006; Buzan, 2004). As discussões sobre a capacidade de influência destes países e sobre a posição que ocupam hierarquicamente no globo, além das discussões sobre hegemonia e polaridade dentro do sistema internacional, têm provocado uma diversidade de opiniões que evidenciam a transitoriedade do momento histórico atual. Logo, essa sensação é intensificada pelo desgaste da imagem dos Estados Unidos nos anos 2001-2008, sobretudo no campo político, e simultâneo fortalecimento, por meio de novos arranjos estratégicos associados a elevadas taxas de crescimento econômico, de economias emergentes procedentes do chamado mundo em desenvolvimento.

Em meio a esse processo, Brasil, Rússia, Índia e China se consolidaram nos últimos anos como as principais economias emergentes, alcançando importante espaço nos organismos internacionais e fóruns de discussão da política e economia global, sobretudo através do acrônimo de BRIC. Estes países estabeleceram um cronograma de reuniões para aprofundar o diálogo político entre si, com foco principalmente na democratização das relações internacionais e no desenvolvimento sustentável das economias de mercado emergentes (Pimentel, 2013). A primeira reunião de chefes de Estado aconteceu na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia, em 2009, configurando a criação de uma articulação diplomática, em que discutiram a reforma das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) (Reis, 2013). Desde então, os chefes de Estado destes países têm se reunido anualmente, até que, em 2011, a África do Sul fora incorporada ao grupo.²

É fato que no século XXI intensificam-se os esforços do Brasil para se acomodar numa posição de maior destaque no jogo de poder internacional, especialmente em coalizão com outras forças políticas emergentes. Nos BRICS, por exemplo, esses esforços se materializaram em uma atuação relativamente articulada no interior das instituições multilaterais tradicionais (Brics Policy Center, 2012). Todavia, uma iniciativa mais concreta fora a criação de uma instituição própria que terá como objetivo o financiamento de obras de infraestrutura com vistas ao desenvolvimento sustentável das economias emergentes, o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (Soto & Boadle, 2014).

² As reuniões de cúpula posteriores à de Ecaterimburgo aconteceram nas seguintes datas e cidades: Brasília, 2010; Sanya, 2011; Nova Déli, 2012; Durban, 2013; Fortaleza, 2014.

Esse movimento de maior institucionalização dos BRICS reforça o debate sobre o reordenamento do ambiente internacional tradicional ao suscitar questões como “desafio às instituições de Bretton Woods”, “formação de um novo bloco econômico”, etc., principalmente por se tratar de países em posição menos privilegiada do que os da Europa Ocidental e o Japão nessa ordem tradicional. Em primeira análise, o pouco tempo de existência prática do grupo como articulação diplomática dificulta um estudo preciso e aprofundado e, portanto, uma conclusão definitiva sobre este ser movimento coeso de desafio efetivo à ordem vigente. Ainda não é possível, por exemplo, considerar o agrupamento como um bloco político coeso e estabelecido, devido às grandes diferenças culturais entre eles, tampouco a existência de um bloco econômico como discutido por Balassa (1964). Todavia, o dado concreto é que estes países se reúnem anualmente para dialogar e têm um conjunto de assuntos a discutir, bem como uma agenda prática de cooperação, o que é reforçado pela institucionalização de um banco de desenvolvimento conjunto.

Buscaremos, portanto, prover uma resposta inicial a tais questionamentos, bem como um possível aparato teórico com força explicativa razoavelmente satisfatória para o tema tratado aqui. Não obstante os desafios e diferenças, há indícios para identificar um incipiente *bloco histórico* na iniciativa dos BRICS, isto é, um movimento político com um interesse em comum, a caminho de promover um choque com um bloco histórico rival e hegemônico, estando aglutinado principalmente em torno do esforço de desenvolvimento sob financiamento do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS.

1. HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA – ANATOMIA DE UM BLOCO HISTÓRICO

A noção de hegemonia utilizada aqui é oriunda do político italiano Antonio Gramsci, que a expande para denominar relações de dominação e coerção material, direção e liderança intelectual e moral no contexto da Itália dominada pelo fascismo, o que denota uma estrutura hegemônica complexa composta por elementos além dos materiais e objetivos (Cox, 2007). Apesar da origem “nacional” deste conceito de hegemonia, ele pôde ser utilizado para explicar em ampla medida a supremacia de um complexo Estado/sociedade civil, ou seja, um bloco histórico nas relações internacionais e o desenvolvimento de diferentes fases do capitalismo no sistema de Estados (Cox, 1981; Arrighi, 1996, 2001, 2007, 2008).

É o conceito de bloco histórico que pode iniciar as reflexões sobre o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS fazer parte ou não um movimento realmente desafiador da ordem internacional vigente. Segundo Cox (2007), a transformação implica o desenvolvimento de uma estrutura forte o suficiente para deslocar a estrutura estabelecida. “Quer dominante, quer emergente, uma estrutura desse tipo é o que Gramsci chamava de bloco histórico” (COX, 2007, p. 110).

Um bloco histórico tem início fundamentalmente no interior de um Estado nacional; lá, um grupo social se desenvolve a ponto de revolucionar as relações de produção e conseguir o domínio da máquina estatal, após articular eficientemente os diferentes interesses de outros grupos sociais aglutinados em torno de si (Morton, 2007). Isto significa que esta tal classe social, composta por vários grupos, tornou-se hegemônica, após estabelecer determinadas relações de produção material e criar um conjunto institucional e ideacional que legitimasse aquela configuração econômica (Cox, 1981). Essa hegemonia interna se desenvolve a tal ponto, dentro dos limites de seu Estado, que se expande para uma escala global, onde busca o estabelecimento de um bloco histórico transnacional e da hegemonia global deste bloco histórico (*ibidem*).

No caso das relações internacionais, aquele Estado, movido pelas forças sociais em seu interior é o vetor irradiante dos elementos da estrutura hegemônica amparada por ele (Arrighi, 2007). O que é hegemônico, na verdade, é o conjunto de ideias, regras e modo de produção irradiado por um Estado e por sua sociedade (Cox, 1981). Assim, certo Estado se estabelece como força motriz de uma estrutura hegemônica internacional em termos de relações jurídicas bilaterais e organizações multilaterais; padrões de comportamento e conduta econômica e política de validade geral, mais ou menos respeitados; e organização da produção e coerção objetiva; conciliando interesses de outros Estados e suas classes sociais mais poderosas de modo a produzir legitimidade e consolidando um bloco histórico em torno de si (*ibidem*).

A situação de hegemonia nas relações internacionais é, portanto, caracterizada por uma conjunção complexa de processos muito parecida com os ocorridos no interior do Estado. Em primeiro lugar, nessas situações a necessidade do uso da força para manter a governabilidade é mínima, mas aliada à liderança material e moral para a manutenção da supremacia. O grupo social hegemônico apenas exerce coerção e força sobre grupos arredios e em casos anômalos e deve ter capacidade para sustentar essa coerção³.

³ “Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter, inclusive com a força armada” (GRAMSCI *apud* ARRIGHI, 2007, p. 228).

Há, todavia, um segundo e mais importante aspecto da hegemonia, que é a liderança material e moral sobre grupos aliados. Este é, de fato, o elemento central que caracteriza situações de hegemonia. Essa dupla liderança acontece da seguinte forma. Em primeiro lugar, o modelo de desenvolvimento do grupo social hegemônico passa a ser o modelo imitado pelos outros grupos sociais. É o modelo mais próspero e oferece uma alternativa de expansão e desenvolvimento frente ao esgotamento do modelo anterior, portanto é o modelo a ser imitado. Assim, o “Estado dominante atrai [os outros] para sua própria via de desenvolvimento” (Arrighi, 2001). Este seria um movimento involuntário da liderança. Por outro lado, o determinado grupo social percebe que sua expansão depende também da expansão de seus aliados e passa a conduzi-los (ou liderá-los) a uma direção desejada. Isso é possível porque o grupo dominante, que já mostrou ter o modelo de expansão mais eficiente, mostra também ser o grupo representativo dos interesses universais e de ser a força motriz central da expansão universal, eventualmente cedendo a pressões dos grupos aliados⁴. É um trabalho material e ideológico.

A percepção, por parte dos grupos aliados, da centralidade de dado grupo social na expansão universal os leva a aceitar as condições, a liderança e a hegemonia do grupo dominante. No entanto, essa percepção deve estar alicerçada na capacidade real do grupo dominante de proporcionar as condições de expansão dos interesses gerais. O grupo dominante deve oferecer respostas satisfatórias para os problemas sistêmicos. Diante de um quadro de crise sistêmica ou esgotamento da capacidade de expansão, o grupo que se pretende dominante apresenta as inovações institucionais que serão capazes de restabelecer a ordem, a governabilidade e as condições de expansão (*ibidem*).

Assim evidencia-se que Gramsci desenvolveu a noção de bloco histórico tendo em mente as noções de estrutura e superestrutura presentes no prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política, de Marx (1971): “Estruturas e superestruturas formam um ‘bloco histórico’. Isto é, a junção complexa, contraditória e discordante da superestrutura é o reflexo da junção de relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1971, p. 366).

Originalmente, no entanto, Gramsci inspirou-se em Georges Sorel, que havia atribuído à expressão o sentido de um movimento histórico de massas revolucionárias reunidas em torno de um mito (Galastri, 2013). Em Sorel, o mito era o elemento aglutinador do movimento jacobino, ou seja, o bloco histórico construído a partir de percepções imagéticas

⁴ “[...] o desenvolvimento e a expansão do grupo particular são concebidos e apresentados como a força motora de uma expansão universal, um desenvolvimento de todas as energias nacionais” (GRAMSCI *apud* ARRIGHI, 2007, p. 229).

de um objetivo a ser alcançado. Ao desenvolver a noção soreliana, Gramsci argumentou que o mito como utopia imagética comprometeria a força revolucionária do mito. Em crítica, completou que na conformação de um bloco histórico com real força transformadora há a necessidade relacional dialética entre as forças produtivas e a vontade transformadora (*ibidem*). É neste sentido que se pode encontrar indícios da formação de um incipiente bloco histórico contra-hegemônico sob a liderança dos BRICS.

2. HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E AS INSTITUIÇÕES DE BRETTON WOODS

Após sair da II Guerra Mundial em situação privilegiada em relação aos países da Europa, os Estados Unidos encontravam-se na condição de reorganizar a economia mundial e recolocá-la na trilha do crescimento e o fizeram através da criação de instituições capazes de gerenciar em grande escala as relações econômicas globais. Em 1944, a convocação dos aliados para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas para discutir a organização dessa nova economia mundial pós-guerra deu origem às instituições financeiras intergovernamentais mais preponderantes atualmente, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (Bandeira, 2009). A predominância dos interesses americanos nas negociações direcionando a forma de implementação das instituições – bem como a condução das operações até a atualidade – foi um importante passo inicial da liderança dos Estados Unidos sobre a Europa Ocidental e o Japão no capitalismo internacional na segunda metade do século XX e início do XXI (*ibidem*). No entanto, a consolidação dessa liderança só foi possível graças à oferta da oportunidade de expansão material combinada a uma construção imagética de mundo com forte capacidade de coesão, baseada no liberalismo. Arrighi (1996, 2008) lembra que a identificação, por parte dos Estados Unidos, da União Soviética como ameaça à expansão dos negócios fora um passo crucial para a formulação da política econômica no pós II Guerra Mundial e para um comportamento concessivo para com as potências aliadas, o que possibilitou o aparecimento de sua hegemonia no decorrer do século XX.

A economia mundial, estagnada após a destruição causada pela II Guerra Mundial, demandava um novo vetor de desenvolvimento e o estabelecimento de condições propícias para um novo ciclo de acumulação de capital nas atividades produtiva e comercial. Isto significa que o surgimento de centros de produção eficientes e de um ambiente favorável aos fluxos comerciais seriam assegurados com um esquema de segurança capaz de defender as

relações econômicas capitalistas da ameaça apresentada pela União Soviética. A noção de enfrentamento ao comunismo forneceu a base ideológica de uma política econômica expansiva de ajuda financeira à reconstrução das economias europeias devastadas pela guerra e ao rearmamento dos aliados (Arrighi, 1996). É sob estas bandeiras que as transferências e investimentos diretos de norte-americanos na Europa foram possíveis, materializando-se, por exemplo no Plano Marshall, complementar ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, que já havia sido estabelecido para reconstruir e reorganizar as economias destruídas pela guerra. A reorganização da economia capitalista global engendrou uma nova divisão internacional do trabalho centrada nas economias dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão. A expansão das corporações norte-americanas em direção aos países da Europa dependia em grande medida do rápido crescimento das economias deste continente, impulsionadas por políticas econômicas de apoio à exportação e moedas desvalorizadas, tudo isso com a autorização dos Estados Unidos da América (Arrighi, 2008).

O trabalho ideológico de contenção do comunismo exerceu importante papel na criação do ambiente propício ao retorno da acumulação por meio dos setores produtivo e comercial. Nele se insere a narrativa do liberalismo clássico utilizado como fundamentação para a expansão e permanência da Democracia Liberal no Ocidente – mesmo nas variantes “sociais” notáveis nas décadas de 1950 e 1960 – e para a preferência pelo livre comércio e pela livre iniciativa empresarial (Moreira Jr., 2011). Foi nesse contexto que perderam legitimidade os regimes políticos autoritários no centro do capitalismo e que uma onda de movimentos independentistas tomou conta da África, possibilitando o surgimento de vários novos Estados neste continente. Foi na Organização das Nações Unidas que este valor se exprimiu (Arrighi, 1996). A construção de um mundo livre – principalmente livre do comunismo – só poderia se dar, no entanto, sob a supervisão e cuidados dos norte-americanos e seu esquema de segurança montado no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A preeminência dos interesses dos Estados Unidos e seus aliados no arranjo institucional financeiro contemporâneo é apenas mais uma faceta de sua estratégia de exercício de liderança global (Arrighi, 1996). É neste dado que se deve explicar a dificuldade de extrair mudanças no interior de Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional ainda nos dias de hoje, mudanças buscadas pelos países emergentes nos últimos anos (Jesus, 2012).

Foi com a montagem deste quadro histórico, com elementos materiais, ideológicos e institucionais, que os Estados Unidos atraíram grande parte do mundo capitalista para sua órbita de desenvolvimento, eventualmente fazendo concessões para a obtenção de apoio

político ou mesmo a submissão de seus aliados e construindo, assim, uma complexa estrutura hegemônica de poder em torno de si. É também com a observação deste quadro que Arrighi (2008) mapeou teoricamente a existência de um bloco histórico hegemônico ocidental.

3. NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DOS BRICS

No entanto, a hegemonia norte-americana tem sofrido reveses notáveis principalmente no início do século XXI. A financeirização do capitalismo global, fenômeno iniciado no fim da década de 1960, aliado à política norte-americana de policiamento mundial por meio da guerra, causou um primeiro estremeamento das bases da hegemonia norte-americana ainda na década de 1970 (Gilpin, 2001; Arrighi, 2008). As tentativas do Governo Bush de restabelecer a liderança moral dos Estados Unidos no início deste século tiveram o efeito contrário de comprometer ainda mais seu *status* político e aguçaram as dificuldades econômicas que fundamentaram a crise de 2008 (Arrighi, 2008). Mais recentemente, esta crise, também propiciada por um longo processo de desregulamentações no setor financeiro, promoveu um abalo mais significativo à liderança hegemônica dos Estados Unidos (Harvey, 2011). A partir dela, o mundo entrou numa recessão profunda com restrições graves ao crescimento principalmente nos países desenvolvidos.

Em meio a este cenário os países emergentes passam a se destacar como economias em crescimento, tendo sido atingidos pela crise de forma mais amena, e ganham força e legitimidade como elementos de democratização das relações internacionais. Este é um movimento fortemente influenciado também pelo discurso do setor financeiro, traduzido por Jim O'Neill (2001) quando ele reuniu Brasil, Rússia, Índia e China sob o acrônimo BRIC, propondo exatamente que estes quatro países tivessem mais voz nas decisões da economia política internacional graças à crescente importância que têm na dinâmica econômica mundial. A ascensão dos BRICS, portanto, se insere num quadro histórico em que há maior espaço de ação política, pautados numa capacidade econômica distinguível de países desenvolvidos em tempos de crise e impulsionados pelo próprio setor financeiro, atualmente predominante na economia mundial capitalista.

Foi apenas em 2008 que os Chefes de Estado destes países se reuniram para aprofundar o diálogo e iniciar uma série de encontros oficiais sob a chancela do acrônimo BRIC, que em 2011 incluiu a África do Sul e acrescentou o S ao final. Desde o início, a questão da democratização da governança global esteve presente nas pautas dos encontros,

com a reivindicação de maior inserção dos países emergentes nas decisões mais importantes e com a demanda por reformas nas instituições financeiras intergovernamentais, de modo a expressar melhor o crescente peso desses países. Tal ideia se expressa de maneira clara e veemente logo na primeira declaração conjunta dos BRICS, por ocasião do encontro de líderes destes países em Ecatimburgo:

Estamos comprometidos em avançar a reforma das instituições financeiras internacionais, de modo a refletir as mudanças na economia mundial. As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior voz e representação nas instituições financeiras internacionais. As lideranças dessas instituições devem ser escolhidas por meio de processo aberto, transparente e baseado no mérito. Acreditamos também na necessidade de um sistema monetário mais estável, previsível e diversificado. (BRICS DECLARATION, 2009, § 3)

No entanto, as demandas repetidas dos BRICS por essas reformas não entraram em prática mesmo depois de conseguirem “que a União Europeia concordasse em ampliar a participação dos países em desenvolvimento de 40% para 45% nas cotas do fundo; no Banco Mundial, a participação no direito de voto seria ampliada de 44% para 47%” (JESUS, 2012, p. 4). Diante do impasse no interior da arquitetura financeira elaborada pela hegemonia norteamericana, então, os BRICS acenaram com a possibilidade de criação de um banco de desenvolvimento próprio, a ser instalado

para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, para complementar os esforços já existentes de instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento global e o desenvolvimento. (BRICS DECLARATION, 2013, § 9).

Nestes dados encontramos indícios de que os BRICS começam a sintonizar seus discursos em busca de um objetivo em comum, que é a busca por um ambiente mais favorável ao desenvolvimento de seu setor produtivo. Até aqui, a sintonia aparecia mais no âmbito do discurso e dos documentos em comum do que na atuação prática, considerando, por exemplo, as divergências na hora de articular posições comuns nos foros multilaterais (BRICS Policy Center, 2013, p. 11). A institucionalização de um banco de desenvolvimento é, portanto, um passo importante não só porque demonstra a intenção destes países de incrementar a parceria

no âmbito discursivo, mas também porque fornece o elemento de materialidade necessária ao desenvolvimento das capacidades materiais e à coesão do grupo como bloco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado, no discurso os BRICS preferem denominar sua iniciativa como complementar às instituições estabelecidas, sem demonstrar intenção de um embate direto, há, por outro, um evidente aspecto desafiador da ordem econômica contemporânea. Em primeiro lugar, com a predominância do setor financeiro sobre as atividades produtivas, tem-se a dificuldade para mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento, devido à preferência dos capitalistas pelos rendimentos oferecidos pelas dívidas soberanas de juros altos, especialmente nos países em desenvolvimento (Arrighi, 2008). Em segundo lugar, as instituições financeiras disponíveis não são capazes atender às necessidades do desenvolvimento capitalista das economias emergentes, tanto porque guardam forte vinculação com a estrutura hegemônica vigente quanto porque não possuem os recursos suficientes disponíveis (Walker, 2014). É neste aspecto que o Banco dos BRICS representa uma alternativa, ao disponibilizar empréstimos aos setores produtivos dos países membros, tal como disposto no Acordo de instituição do Banco: “Mobilizar recursos para infraestrutura e projetos de desenvolvimento sustentável nos BRICS e outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento” (BRICS, 2014, § 2). Considerando este ponto, é possível prever que o desenvolvimento de um eixo de acumulação eficiente nos BRICS exija o deslocamento de capital em seu favor e crie uma situação de concorrência capitalista no interior da economia mundo gerida pelos Estados Unidos. Sendo assim, o discurso da complementaridade apenas pode ser explicado sob o ponto de vista diplomático, mas terá dificuldade para se sustentar caso a eficácia dos planos do Banco dos BRICS seja plena.

Todavia, duas ressalvas merecem destaque. Em primeiro lugar, todo esse movimento não significa que os BRICS apresentarão uma alternativa revolucionária do modelo de produção na economia-mundo atual. Pelo contrário, tudo indica que as relações capitalistas, com seus elementos de exploração e apropriação do capital, serão dinamizadoras do processo de desenvolvimento dos BRICS no interior hegemonia norte-americana, movido pelo capital do banco dos BRICS. Em segundo lugar, não há razões para acreditar que fatalmente o aumento dos investimentos em infraestrutura alteraria o papel dos países na divisão internacional do trabalho. Caberá, de fato, a cada um dos membros perceber que um desafio

real à ordem hegemônica capitalista estabelecida requer o desenvolvimento de núcleos produtivos de alta complexidade que possam apresentar uma oportunidade de reorganização eficiente da cadeia produtiva mundial e acirrar a concorrência intercapitalista. Por exemplo, no Brasil, há a possibilidade de os empréstimos se direcionarem preponderantemente a “obras de portos, estradas, mineração, infraestrutura de produção petrolífera, tudo que incrementasse a estrutura produtiva e logística do setor primário brasileiro com o fim de baratear os custos de obtenção de recursos e otimizar o abastecimento da produção manufatureira e tecnológica chinesa” (MOREIRA JR. & FIGUEIRA, 2014, p. 57). Este quadro contribuiria para a manutenção da situação primário-exportadora brasileira e comprometeria o projeto de um bloco capaz de mover a história.

Isto significa que o futuro dos BRICS é uma história por se fazer, com possibilidades abertas, a depender de como o principal de seus membros, a China, entenderá sua ascensão como acontecimento na história do sistema-mundo capitalista. Mas também será moldado pelo modo como os outros membros desejam se inserir no agrupamento fazendo dele um vetor de mudança da economia mundial em seu favor, para democratizá-la de fato, ou para dar continuidade à longa duração do sistema-mundo capitalista como um novo ciclo de acumulação de capital.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: Origens e fundamentos do século XXI. Tradução de Beatriz Medina, São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. As três hegemonias do capitalismo histórico. *In*: GILL, Stephen. **Gramsci, Materialismo Histórico e Realizações Internacionais**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. Pp. 227-273
- _____. **O Longo Século XX**: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro : UFRJ-Contraponto, 2001.
- BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica**. Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: Clássica Editora, 1964.
- BANDEIRA, Luiz Alberto M. **Formação do Império Americano**: Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BUZAN, Barry. **The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty-First Century**. Cambridge: Polity Press, 2004.

BRICS. **Articles of Agreement**. New Development Bank. Fortaleza, 2014.

BRICS DECLARATION, First Summit. **Declaração de Ecaterimburgo**. Disponível em: <<http://www.brics5.co.za/about-brics/summit-declaration/first-summit/>>, 2009. Acessado em: 07/08/2014, às 02h10min.

COX, Robert. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen. **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. Pp. 101-123.

_____. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium – Journal of International Studies**. vol 10, no 2, 1981. pp 126-155.

GALASTRI, Leandro de O. A Construção do Bloco Histórico: Via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere. In: LOMBARDI, José Claudinei *et al* (org.). **Gramsci no Limiar do Século XXI**. Campinas: Librum, 2013.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: Understanding the international economic order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: E as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HURRELL, Andrew. **Os BRICS e a ordem global**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2009.

JESUS, Diego Santos V. **O Caminho Para Nova Déli? A reforma do FMI, a sucessão no Banco Mundial e o Banco dos BRICS**. Rio de Janeiro: PUC, BRICS Policy Center, v. 2, n. 46, jun-jul 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MOREIRA JR. Hermes. **O Governo Bush e Sua Guerra Contra o Terror: Nova orientação tática à estratégia norte-americana**. Dissertação-(Mestrado). Marília: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2011.

MOREIRA JR., Hermes; FIGUEIRA, Mauro S. O Banco dos BRICS e os Cenários de recomposição da ordem internacional. **Boletim Meridiano 47**. Brasília, vol. 15, n. 142, mar-abr. 2014. Pp. 54-62.

MORTON, Adam D. **Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the Global Political Economy**. Londres: Pluto Press, 2007.

- GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. Translated by Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith. Nova Iorque: International Publishers; Londres: Lawrence and Wishart, 1971.
- O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Global Economics Paper No. 66, 2001. pp 02-14.
- PECEQUILO, Cristina S. **A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical**. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 51, No. 2, p. 136-153, 2008.
- REIS, Maria E. F. Brics: surgimento e evolução. *In*: PIMENTEL, José V. de S. **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- SOTO, Alonso; BOADLE, Anthony. BRICS criam banco para contrapor sistema financeiro global dominado pelo Ocidente. **Estadão**. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brics-criam-banco-para-contrapor-sistema-financeiro-global-dominado-pelo-ocidente,1529193>> Acessado em 04/08/14, às 21h50min.
- VIZENTINI, Paulo F. **O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade**. *In*: VIZENTINI, Paulo; WIESEBRON, Marianne (org.). Neohegemonia Americana ou Multipolaridade? Pólos de Poder e Sistema Internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- WALKER, Andrew. BRICS: Building a new development bank. **BBC News**. Jul, 2014. Disponível em <<http://www.bbc.com/news/business-28255127>> Acessado em 07/08/2014, às 17h38min.